



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG – PALMAS/TO – 31/05/2012**  
2 **ATA 09/2012**  
3  
4  
5  
6

7 Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às dez horas, no Hotel Pousada dos  
8 Girassois, sito à 101 Norte Rua NS A Conj. 02 Lote 04 – Palmas/TO, em Reunião Ordinária do Conselho  
9 Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram presentes os  
10 Excelentíssimos Senhores Doutores: Kátia Rejane de Araújo Rodrigues, Procuradora-Geral Adjunta para  
11 Assuntos Administrativos e Institucionais, representando Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-Geral de  
12 Justiça do Acre; Eduardo Tavares Mendes, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas; Ivana Lúcia Franco Cei,  
13 Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de  
14 Justiça do Amazonas; Wellington César Lima e Silva, Procurador-Geral de Justiça da Bahia; Eliani Alves  
15 Nobre, Vice-Procuradora-Geral de Justiça do Ceará, representando Alfredo Ricardo de Holanda  
16 Cavalcante Machado, Procurador-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim Carvalhido,  
17 Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Éder Pontes da Silva, Procurador-Geral de  
18 Justiça do Espírito Santo; Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça de Goiás; Maria de Fátima  
19 Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra de Carvalho,  
20 Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral Adjunto Jurídico,  
21 representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais; Oswaldo  
22 Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba; Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de  
23 Justiça do Paraná; Maviael de Souza, Promotor de Justiça, representando Aguinaldo Fenelon de Barros,  
24 Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí;  
25 Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro e Presidente do CNPG; Manoel  
26 Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte; Eduardo de Lima Veiga,  
27 Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Heverton Alves de Aguiar, Procurador-Geral de Justiça  
28 de Rondônia; Fabio Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça de Roraima; Francisco José de Oliveira Goes,  
29 Promotor de Justiça, representando Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça do Sergipe;  
30 Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça de Tocantins; Roberto Coutinho,  
31 Subprocurador-Geral da Justiça Militar, representando Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-  
32 Geral da Justiça Militar e Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho,  
33 representando Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho. Iniciando os trabalhos,  
34 Doutor Cláudio Soares Lopes cumprimentou a todos os presentes, saudando e agradecendo ao  
35 Procurador-Geral anfitrião, Doutor Clenan Renaut, bem como aos Conselheiros do CNMP presentes à  
36 Reunião, Doutor Alessandro Tramujas, Doutor Fabiano Silveira, Doutor Jarbas Soares Júnior e Doutor  
37 Jeferson Coelho, Corregedor Nacional. Agradeceu, ainda, a presença do Presidente da CONAMP, Doutor  
38 César Mattar e dirigiu especiais cumprimentos à Secretária-Executiva, Doutora Maria Helena, e à  
39 assistência do evento. Em seguida, fez uso da palavra Doutor Clenan, o qual cumprimentou e dirigiu as  
40 boas-vindas a todos os presentes, expressando a satisfação em receber os Procuradores-Gerais na cidade  
41 de Palmas. Após, fez uma breve exposição sobre o estado de Tocantins, colacionando alguns projetos de  
42 infraestrutura em desenvolvimento, bem como dados econômicos relativos àquela unidade federativa.  
43 Por fim, Doutor Clenan exibiu um vídeo sobre o Tocantins. Dando continuidade aos trabalhos, em  
44 atenção ao item da pauta (**Acompanhamento Legislativo**), Doutor Cláudio informou acerca de encontro



1 com o Ministro da Justiça, momento em que foram abordados diversos assuntos, dentre os quais a  
2 questão dos subsídios, sobre a qual foi ouvido do Ministro que os reajustes apenas poderiam vir a ser  
3 concedidos no próximo ano. Outro assunto mencionado por Doutor Cláudio foi o referente aos depósitos  
4 judiciais, informando que o projeto fora encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos do  
5 Senado. Finalmente, no que tange à PEC 37, Doutor Cláudio ponderou que, em face dos pronunciamentos  
6 esposados por Ministros do STF, talvez fosse interessante obter pronunciamento do Plenário, o que seria,  
7 muito provavelmente, favorável ao interesse do Ministério Público. Ainda sobre esse assunto, informou,  
8 ademais, que, durante a audiência com o Ministro da Justiça, este informara que, a despeito de o quadro  
9 político no Congresso não estar muito favorável, uma solução seria a via da regulamentação da  
10 investigação criminal no âmbito do próprio Ministério Público, transformando a resolução do CNMP em  
11 lei. Noticiou que, no sentido de viabilizar essa proposta, com a finalidade de efetivar a iniciativa de lei,  
12 manteve contato com o Deputado Vieira da Cunha, encaminhando-lhe uma cópia da Resolução do CNMP,  
13 ficando o referido parlamentar de apresentar alguma resposta posteriormente. Doutor Cláudio solicitou  
14 que os Procuradores-Gerais procurassem os Deputados de seus estados que compõem a Comissão  
15 Especial de análise da PEC, em mais um esforço de mobilização contra a aprovação da Proposta de  
16 emenda. Em seguida, Doutor Cláudio transmitiu a palavra ao Doutor César Mattar, Presidente da  
17 CONAMP. Doutor César cumprimentou a todos os presentes, agradecendo o convite para compor a  
18 Reunião do CNPG e noticiou o engajamento da CONAMP na divulgação do I Congresso Internacional do  
19 CNPG e do Prêmio de Jornalismo do CNPG. Informou que, dentre as inúmeras proposições que afetam o  
20 MP, direta ou indiretamente, a de maior peso, atualmente, é a referente à PEC 37, notadamente em face  
21 de o contexto atual de discussão ser bastante desconfortável. Em seguida, Doutor César abordou o tema  
22 dos Depósitos Judiciais (PLC Senado 24/2012), informando que hoje o projeto está tramitando no Senado,  
23 aguardando a designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos da referida Casa. Outro tema  
24 abordado foi o dos subsídios, sobre o qual Doutor Cesar confirmou a informação já repassada por Doutor  
25 Cláudio Lopes. Após, passou à abordagem da PEC 37, ressaltando que a Proposta não apenas retira a  
26 prerrogativa de investigação não apenas do Ministério Público, como de todos os demais órgãos de  
27 fiscalização, a exemplo da Polícia Federal, Receita Federal, já que a PEC concede exclusividade às Polícias.  
28 Esclareceu que há uma ideia crescente de que é necessário estabelecer limites, regramentos, para o que  
29 o CNMP já se antecipou, editando Resolução sobre o assunto. Ainda sobre o tema, salientou dois pontos:  
30 o primeiro, relativo à necessidade de uma atitude mais propositiva do MP, não apenas rechaçando a PEC;  
31 e o segundo, referente à necessidade de os Procuradores-Gerais envidarem esforços junto ao CNMP, para  
32 a efetiva regulamentação. Retomando a palavra, Doutor Cláudio reforçou o pedido para que os  
33 Procuradores-Gerais façam contato com os Deputados que integram a Comissão Especial da PEC 37.  
34 Ademais, Doutor Cláudio fez o encaminhamento da proposta para que o tema da PEC 37 seja trabalhado  
35 pelas Assessorias de Comunicação do Ministério Público com a imprensa local. Em seguida, Doutor  
36 Marcelo Ferra, PGJ/MT, fez uso da palavra, noticiando que representou o Presidente do CNPG em reunião  
37 da Comissão de Controle Externo do CNMP. Durante a reunião, foi proposta a emissão de Nota Técnica  
38 pelo CNMP relativa à PEC 37. Em seguida, Doutor Oswaldo Trigueiro, PGJ/PB, ressaltou que relatou  
39 processo no CNPG, mediante proposta do PGJ/AM, Doutor Francisco Cruz, em que externou opinião  
40 sobre a necessidade de regulamentação da matéria. Ressaltou, ademais, que o GNCOG iria, em reunião a  
41 ocorrer em 22 de junho de 2012, estabelecer o arcabouço de regulamentação. Na sequência, Doutor  
42 Cláudio informou ao Colegiado que a reunião de julho do Colegiado ocorrerá na segunda semana de  
43 agosto, haja vista a oportunidade de encontro do CNPG com Senadores em 07 de agosto e, em atenção  
44 ao item da pauta (**Mesa de Diálogos com o CNMP**) transmitiu a palavra ao Doutor Fabiano Silveira,



1 Conselheiro do CNMP. Doutor Fabiano cumprimentou a todos os presentes, e noticiou o processo de  
2 alteração do Regimento Interno do CNMP, bem como a criação de Comissão relativa à aplicação da Lei de  
3 Acesso à Informação, colocando-se à disposição dos Procuradores-Gerais, para o recebimento das  
4 sugestões sobre o assunto. Após, transmitiu-se a palavra ao Doutor Jarbas Soares Júnior, o qual  
5 cumprimentou a todos e sugeriu que fosse feito um acompanhamento mais aprofundado da pauta do  
6 CNMP pelo CNPG. Na sequência, concedeu-se a palavra ao Conselheiro Alessandro Tramuja, o qual  
7 cumprimentou a todos os presentes, e no tocante ao tema da Lei de Acesso à Informação, ressaltou que  
8 já havia projeto de resolução em trâmite no Conselho Nacional, e que a tendência, a seu ver, é a da  
9 defesa da ampla publicização pelos Conselheiros. Reiterou o pedido do Conselheiro Jarbas Soares quanto  
10 à necessidade de melhor acompanhamento da pauta do CNMP, em face da repercussão das decisões  
11 adotadas naquele Colegiado, ainda que voltada a um estado específico no caso concreto. Externou seus  
12 agradecimentos pelo comparecimento maciço dos representantes dos MPs estaduais à Reunião da  
13 Comissão de Aperfeiçoamento do Controle Externo da Atividade Policial, ocasião em que foi elaborada  
14 Nota Técnica com foco na PEC 37. Doutor Cláudio Lopes, dentre outros **Informes da Presidência**, reforçou  
15 o convite para o evento paralelo à Rio+20, em Mangaratiba/RJ, nos dias 17 a 20 de junho. Noticiou,  
16 ademais, contrato do MP/RJ firmado com a Produtora Mauricio de Sousa, com vistas à confecção de  
17 revistas infantis com conteúdo ambiental e outros temas da atuação do Ministério Público, salientando  
18 que o departamento jurídico da empresa está à disposição dos estados que queiram contratar o serviço,  
19 cujo valor depende da tiragem. Ressaltou que foram doados os direitos autorais pelo artista, restando  
20 apenas o custo de produção. Encerrado o turno da manhã, após o intervalo para o almoço, retomando-se  
21 os trabalhos, Doutor Cláudio registrou a presença do Conselheiro do CNMP Luiz Moreira, ressaltando a  
22 importância da interlocução do CNPG com o Conselho Nacional do Ministério Público. Fazendo uso da  
23 palavra, o Conselheiro cumprimentou a todos os presentes e esclareceu que a Câmara de Deputados  
24 novamente o indicou para a vaga no CNMP, mas que está tendo dificuldades com o procedimento de  
25 sabatina no Senado, local onde o seu processo de recondução se encontra desde março de 2012,  
26 havendo, inclusive, a veiculação de uma nota apócrifa, em que são feitas diversas acusações ao  
27 Conselheiro. Relatou que solicitou da Presidência do CNMP apuração administrativa, cível e criminal dos  
28 fatos alegados na denúncia apócrifa. Após o pronunciamento do Doutor Luiz Moreira, Doutor Eduardo  
29 Veiga, PGJ/RS, apontou que o Conselheiro tem sido eficaz em suas decisões, manifestando seu apoio à  
30 recondução, relatando haver realizado contato com os Senadores de seu Estado nesse sentido.  
31 Semelhantemente, manifestaram apoio ao Conselheiro: a Doutora Ivana Cei, PGJ/AP; Doutor Eduardo  
32 Tavares Mendes, PGJ/AL; Doutor Oswaldo Trigueiro, PGJ/PB; Doutor Gilberto Giacoia, PGJ/PR; Doutor  
33 Clenan Renaut, PGJ/TO e Doutor Marcelo Ferra, PGJ/MT. Doutor Eduardo Veiga encaminhou proposta de  
34 se encaminhar uma nota de apoio ao relator do procedimento de recondução no Senado e aos demais  
35 senadores. Foi aprovado o encaminhamento da moção de apoio. Em seguida, foi concedida a palavra ao  
36 Conselheiro do CNMP Tito Amaral, o qual cumprimentou a todos e destacou a importância da  
37 interlocução entre o CNPG e o CNMP, mediante um diálogo transparente e uma atuação firme na defesa  
38 de todo o Ministério Público. Após o pronunciamento do Doutor Tito, fez uso da palavra Doutora Fátima  
39 Travassos, PGJ/MA. A Procuradora saudou a todos os presentes e apresentou seu apoio ao Doutor Luiz  
40 Moreira, esclarecendo que já encaminhara pedido aos senadores maranhenses visando à recondução do  
41 aludido Conselheiro. Dando sequência aos trabalhos, em atenção ao item da pauta (**Acompanhamento**  
42 **dos Processos nos Tribunais Superiores**), concedeu-se a palavra à Doutora Eunice Carvalhido, PGJ/DFT e  
43 Presidente do Grupo de Acompanhamento. Doutora Eunice noticiou que, na reunião do Grupo de  
44 Acompanhamento, no dia anterior, o tema do foro por prerrogativa de função fora o assunto mais



1 debatido. Informou que o Grupo deliberou, para submeter à aprovação do CNPG, que, em relação ao  
2 processo específico, oriundo de Minas Gerais, e pautado para julgamento no Supremo, no âmbito judicial,  
3 não haveria a legitimidade para o CNPG figurar no polo ativo de reclamação, ADC ou qualquer outro  
4 instrumento processual, enquanto que, na esfera extrajudicial, o Grupo sugeriu a formação de uma  
5 comissão de Procuradores-Gerais, formada por alguns PGJs e pelo PGJ/MG (uma vez que o processo  
6 relativo à matéria, pautado para julgamento no STF, é de origem desse estado), para externarem, em  
7 audiência com os Ministros do Supremo, a preocupação do CNPG em relação ao tema. Quanto aos  
8 demais processos, haveria a intervenção do CNPG na qualidade de *amicus curiae*. Foi feita a sugestão,  
9 também, de ser empreendido um trabalho junto à imprensa. Outra problemática diz respeito ao fato de a  
10 Procuradoria da República não estar recorrendo no STJ, sob o argumento de ser matéria pacificada.  
11 Colocada em discussão a proposta, foi sugerido por Doutor Manoel Onofre, PGJ/RN, que a Comissão  
12 procurasse o Ministro relator do processo oriundo de Minas, Ministro Ayres Brito, bem como os demais  
13 Ministros com quem fosse possível dialogar, e que também houvesse o contato com o PGR, com vistas a  
14 tentar modificar o parecer dos três Subprocuradores da República de não mais recorrerem nos processos  
15 alusivos à matéria. Considerando que a representação do CNPG enquanto *amicus curiae* teria de ser feita  
16 por um advogado, e não havendo recursos para a contratação desse profissional, a CONAMP teria  
17 disponibilizado o seu advogado para exercer tal papel. Em face de eventual mal-entendido, por meio do  
18 qual veiculou-se a informação de que o advogado da CONAMP, Doutor Aristides Junqueira, seria também  
19 patrono do ex-governador (hoje senador) de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, na ação oriunda daquele  
20 estado, ora pautada para julgamento no STF, fazendo uso da palavra, o Presidente da Associação  
21 Nacional, Doutor Cesar Mattar esclareceu, com base em e-mail recebido do escritório do Doutor Aristides  
22 Junqueira, que, na realidade, o referido advogado houvera assinado manifestação prévia no processo, em  
23 2004, momento em que a ação ajuizada no Pretório Excelso ainda não tinha sequer a tipologia de ação de  
24 improbidade, e que, desde 2005, fora substituído por outro patrono, não havendo mais qualquer ligação  
25 do Doutor Aristides com o feito. Doutor Cesar Mattar concordou com as medidas propostas por Doutora  
26 Eunice e por Doutor Manoel Onofre, afirmando que a CONAMP estará à disposição da opção que melhor  
27 se afigurar ao CNPG no tocante ao tema da improbidade. Em continuação, Doutor Manoel Onofre, ao  
28 relatar sua participação em reunião conjunta ocorrida meses atrás em Brasília, da qual tomaram parte  
29 membros do Grupo de Acompanhamento de Processos e do GNCOC, rememorou a sugestão surgida na  
30 reunião de se aproveitar o momento, em meados de 2012, da comemoração dos 20 anos da Lei de  
31 Improbidade Administrativa. Noticiou, ademais, que no Rio Grande do Norte, após deliberação do CNPG  
32 sobre a necessidade de maior atenção sobre o tema da improbidade, foi editada Recomendação aos  
33 membros do MP/RN, para que empregassem todos os esforços nesse sentido. Relatou que, em virtude da  
34 mobilização em seu estado, houve mudança de posicionamento do Tribunal de Justiça. Sugeriu  
35 encaminhar cópia da referida Recomendação, o que foi aprovado à unanimidade, ficando de ser  
36 encaminhada à Secretaria-Executiva e, após, para os Procuradores-Gerais. Na oportunidade, Doutor  
37 Gilberto Giacoia, PGJ/PR, reforçou o convite para o Simpósio “20 Anos da Lei de Improbidade  
38 Administrativa”, agendado para os dias 14 e 15 de junho, na sede do MP/PR. Em seguida, Doutor Cesar,  
39 aproveitando a sugestão do Doutor Manoel Onofre, sugeriu que o evento alusivo aos 20 anos da Lei de  
40 Improbidade poderia ser levado a cabo no final de agosto, momento em que haverá uma reunião  
41 conjunta da CONAMP e do CNPG, no âmbito do Congresso Estadual da Associação dos Membros do  
42 MP/SC. Nesse sentido, sugeriu que, na busca por temas de interesse comum às duas Instituições, o tema  
43 da Improbidade já ficasse reservado como um deles. Doutora Eunice ressaltou que há uma urgência, não  
44 obstante a pertinência de todas as medidas anunciadas na discussão, quanto ao processo de Minas Gerais



1 que já está pautado para julgamento. Doutor Marcelo Ferra, PGJ/MT, apresentou a sugestão de ser  
2 divulgada uma nota técnica conjunta da CONAMP e do CNPG relativa ao tema, para ser entregue ao  
3 Ministro relator e aos demais pares. Em face de todos os argumentos apresentados, ficou deliberado pelo  
4 Colegiado que, em relação ao processo já pautado, seria elaborada a nota conjunta, e tentar-se-ia falar  
5 com os Ministros, ainda que não em audiência nos gabinetes, durante os intervalos das sessões, no Salão  
6 Branco do STF, sem prejuízo do acatamento de todas as demais sugestões relativas ao tema da  
7 Improbidade propostas durante a discussão, que seriam efetivadas na medida do possível, inclusive a  
8 mobilização pelas Assessorias de Imprensa de cada estado. Outro assunto apresentado por Doutora  
9 Eunice foi o Poder de Investigação do Ministério Público. Nesse sentido, foi feita menção a um Recurso  
10 Extraordinário, de relatoria do Ministro Cezar Peluso, já pautado para julgamento, em que se está  
11 questionando o poder de investigação do MP, bem como a 04 Habeas corpus que também estão  
12 versando sobre a matéria. Mediante encaminhamento feito por Doutor Cláudio, após manifestação dos  
13 Procuradores Gerais Eunice Carvalhido e Manoel Onofre, foi deliberado pelo Colegiado que, no caso do  
14 Recurso Extraordinário já pautado para julgamento, sem prejuízo da mobilização que será feita pelo  
15 MP/MG, será levado ao conhecimento do Relator, por meio de uma comissão de PGJs, o entendimento  
16 do CNPG sobre o tema. Outro tema abordado por Doutora Eunice Carvalhido disse respeito ao tema dos  
17 Recursos Repetitivos, em sede do qual a Procuradora informou que já está agendada audiência pública  
18 para tratar da alteração da Resolução nº 08 do STJ, que versa sobre o tema, e que tem provocado  
19 engessamento nos Tribunais locais. Nesse sentido, Doutora Eunice encaminhou minuta de ofício a ser  
20 entregue ao Presidente do STJ, com vistas a assegurar a participação do CNPG nesse processo de  
21 alteração da Resolução nº 08 do STJ. Doutora Eunice comprometeu-se em verificar para melhor  
22 informação da Presidência acerca do formato e da programação da audiência pública. Na sequência,  
23 Doutor Manoel Onofre encaminhou solicitação para que seja feito pedido ao Conselheiro do CNJ Gilberto  
24 Martins de que encaminhe Relatório produzido acerca das ações de improbidade, em que o aludido  
25 Conselheiro demonstra que apenas 04 processos desse tipo foram recebidos no STJ no último ano, além  
26 do alto índice de prescrição das ações de improbidade. Dando continuidade aos trabalhos, Doutor Cláudio  
27 concedeu a palavra à Doutora Ivana Franco Cei, PGJ/AP, a qual cumprimentou a todos e noticiou que está  
28 sofrendo represálias em virtude das investigações que estão sendo realizadas pelo MP/AP na Assembleia  
29 Legislativa daquele estado, onde, conforme averiguado por um promotor do Patrimônio Público, haveria  
30 o pagamento da maior verba indenizatória a parlamentares no país, em um valor de R\$ 100.000,00 (cem  
31 mil reais). Após divulgar esse dado, o promotor em questão foi alvo de 22 queixas-crime ajuizadas por  
32 deputados daquela Casa parlamentar. O Tribunal de Justiça acatou a queixa-crime de difamação,  
33 inviabilizando quase inteiramente a atuação do membro do MP. Em face disso, foi designado um  
34 promotor auxiliar, para que as investigações continuassem sendo realizadas, e, a partir daí, o Ministério  
35 Público amapaense começou a ser atacado, até que, em 30 de maio de 2012, foi aprovada Resolução pela  
36 Assembleia Legislativa, visando à destituição da Procuradora-Geral. Doutora Ivana Cei externou sua  
37 preocupação com o quadro, até mesmo com base no disposto em Leis Orgânicas estaduais sobre a  
38 possibilidade de destituição de Procurador-Geral, e encaminhou pedido de apoio, para que o trabalho de  
39 investigação continue a ser realizado no estado do Amapá. Retomando a palavra, Doutor Cláudio Lopes  
40 encaminhou proposta de aprovação de moção de apoio à PGJ/AP. Em discussão, Doutor Heverton  
41 afirmou que o drama vivenciado no Amapá representa uma clara violência contra o Ministério Público  
42 brasileiro, e encaminhou pedido de convocação de Reunião Extraordinária naquele estado. Em seguida,  
43 Doutor Francisco da Cruz, PGJ/AM manifestou solidariedade e aderiu ao requerimento de Doutor  
44 Heverton. Por fim, solicitou o pronto encaminhamento da moção de apoio a quem de direito e a



1 disponibilização da nota no site do CNPJ. Doutor Tito Amaral, Conselheiro do CNPJ, apresentou seu  
2 apoio e solidariedade. Doutor Eduardo Tavares Mendes, PGJ/AL, manifestou apoio à Doutora Ivana, e  
3 noticiou que já atravessou situação semelhante em Alagoas, e que o apoio do CNPJ foi de fundamental  
4 importância para o enfrentamento da questão. Por fim, votou no sentido de que fosse convocada a  
5 Reunião Extraordinária. Doutor Oswaldo Trigueiro, PGJ/PB, ressaltou ser essa mais uma tentativa de  
6 politizar a atuação do Ministério Público, e encaminhou sugestão de que na reunião participassem  
7 também representantes dos GAECOs dos estados da Região Norte. Doutor Gilberto Giacoia, PGJ/PR  
8 salientou que este seria o momento de demonstrar a força institucional do Ministério Público,  
9 demonstrando unidade no combate à corrupção. Doutora Eliani Nobre, Vice-PGJ/CE, externou a  
10 solidariedade do Ceará à Procuradora-Geral do Amapá. Doutor Marcelo Ferra, PGJ/MT, expressou apoio à  
11 Doutora Ivana. Restou deliberado que haverá um comparecimento dos Procuradores-Gerais ao Amapá,  
12 apenas ficando de ser determinada, posteriormente, a data. Dando continuidade aos trabalhos, Doutor  
13 Cláudio, em atenção ao item da pauta (**Plano Nacional de Comunicação**), encaminhou dois temas a  
14 serem trabalhados pelas Assessorias de Comunicação: 1) a PEC 37 e 2) Improbidade Administrativa. Foi  
15 aprovada a proposta à unanimidade. Na sequência, em atenção ao item (**Alteração no texto do**  
16 **Regulamento do I Prêmio de Jornalismo do CNPJ**), Doutor Cláudio informou que muitos profissionais de  
17 comunicação encaminharam pedido para que a notícia publicada em jornais a ser inscrita para a  
18 premiação pudesse ser enviada em pdf impresso em folha A4 ou em outro meio que não o jornal  
19 impresso. Foi aprovada a proposta. No tocante ao ponto (**Divulgação do I Congresso Internacional do**  
20 **CNPJ**), Doutor Cláudio solicitou que os Procuradores-Gerais pudessem disponibilizar o banner eletrônico  
21 nos sites estaduais. Quanto ao item (**Eleição da nova Vice-Presidência para o Ministério Público da**  
22 **União**), Doutor Cláudio informou que, com base em um sistema de rodízio seria a vez do Ministério  
23 Público do Trabalho. Como não fora possível estabelecer contato com o Doutor Luis Camargo de Melo, foi  
24 indicada interinamente a Doutora Eunice Carvalhido para exercer a Vice-Presidência do Ministério Público  
25 da União. Aprovada a proposta à unanimidade. Em atenção ao item (**Designação de representante do**  
26 **CNPJ para integrar o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura no Brasil**), foi aprovada à  
27 unanimidade a solicitação do Doutor Marcelo Weitzel para ser o indicado para compor o referido Comitê.  
28 Na sequência, em atendimento ao item (**GNDH – Assuntos Gerais**), foi concedida a palavra ao Doutor  
29 Eduardo Veiga, PGJ/RS e Presidente do GNDH. Preliminarmente, o Procurador externou o apoio do Rio  
30 Grande do Sul à Doutora Ivana Cei. Em seguida, passou à leitura da nota de apoio à recondução do  
31 Conselheiro Luiz Moreira, nos seguintes termos: “Excelentíssimo Senhor Senador, O Conselho Nacional  
32 dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União – CNPJ, vem, à unanimidade, manifestar  
33 integral e irrestrito apoio ao processo de recondução do Prof. Dr. Luiz Moreira Gomes Júnior ao Cargo de  
34 Conselheiro do Conselho nacional do Ministério Público. Manifesta, ainda, confiança nos trabalhos  
35 desenvolvidos pelo supradito Conselheiro, zeloso, dedicado e profunda ativista nas questões pertinentes  
36 à construção das instituições democráticas e do Parquet Nacional. Por demais, repudia, veementemente,  
37 o encarte apócrifo (símbolo das mais nefastas imagens dos Estados de exceção) encaminhado ao Senado  
38 Federal, no sentido de desconstrução do papel fundamental do Prof. Dr. Luiz Moreira no destemido  
39 processo de solidificação do Conselho Nacional do Ministério Público e do próprio estado de direito.  
40 Entende, o CNPJ, que a indicação do Dr. Luiz Moreira, na Sessão Extraordinária da Câmara dos  
41 Deputados, do dia 14 de março de 2012, realizada às 19 horas e 15 minutos, “como Membro do Conselho  
42 Nacional do Ministério Público”, eleito com 359 votos a favor, num quorum de 382 presentes, é a mais  
43 lídima demonstração do importante papel da democracia e da vontade popular.” Posto à apreciação do  
44 Colegiado, foi aprovado o texto da moção de apoio. Após, Doutor Eduardo Veiga, apresentou solicitação



1 da COPEVID, no sentido de que o Colegiado do CNPG, em virtude de recente decisão do Supremo em ADI  
2 aprovasse uma moção de congratulação com os seguintes termos: “A Comissão Nacional de Promotores  
3 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - COPEVID, do Grupo Nacional de Direitos Humanos –  
4 GNDH, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPG, à unanimidade de seus membros,  
5 encaminha a Vossa Excelência a presente moção de congratulações pela justa decisão proferida nas ações  
6 ADC 19 e ADIn 4424, no dia 09 de fevereiro de 2012, declarando a constitucionalidade da Lei Maria da  
7 Penha e reafirmando o integral amparo dos Direitos Humanos das Mulheres, anseio maior do Ministério  
8 Público Brasileiro.” O teor da moção foi aprovado à unanimidade. Em seguida, foram colocados à  
9 apreciação do Colegiado os seguintes enunciados da COPEVID: Enunciado 8: “Considerando a  
10 confirmação pelo STF da constitucionalidade da Lei Maria da Penha (ADIn 4424 e ADC 19), julgadas no dia  
11 09/02/2012, a ação penal nos crimes de lesão corporal leve e contravenção penal de vias de fato,  
12 praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher, é pública incondicionada, sendo os efeitos  
13 de tais decisões ex tunc, vinculante e erga omnes, não alcançando somente os casos acobertados pela  
14 coisa julgada.” e Enunciado 9: “Em sede de medidas de proteção é possível o encaminhamento e a  
15 inclusão do agressor usuário dependente de drogas lícitas ou ilícitas em programa oficial ou comunitário  
16 de auxílio, orientação e tratamento”. Os enunciados foram aprovados à unanimidade. No tocante à  
17 COPEDH, foram apresentadas à deliberação do CNPG as seguintes metas: META 1 - Enfrentamento à  
18 Tortura, através das seguintes Ações: 1. Fomentar a instalação e funcionamento de Comitês Estaduais de  
19 Enfrentamento à Tortura em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, de acordo com o  
20 Protocolo Facultativo do Pacto Internacional de Enfrentamento da Tortura e de Todas as Formas de  
21 Tratamento Degradante. META 2 - Ministério Público Social: Que cada Ministério Público inicie um  
22 Projeto de aproximação com a sociedade, mediante a atuação extrajudicial, no prazo de 18 (dezoito)  
23 meses. As metas foram aprovadas pelo Colegiado. Na sequência, em atenção à COPEIJ, Doutor Veiga  
24 noticiou haver encaminhado ofício ao CNPG, no sentido de que este Órgão envie esforços para manter a  
25 classificação indicativa dos programas televisivos, tema que já está em julgamento. A proposta recebeu  
26 apoio do Colegiado, no sentido de reconhecer a relevância do acompanhamento da temática. Ainda,  
27 apresentou outra proposta da COPEIJ, nos seguintes termos: “Assinatura de termo de cooperação técnica  
28 entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Ministra Maria do  
29 Rosário, e o CNPG. O documento estabelece um novo fluxo das “denúncias” que a Secretaria, por meio do  
30 Disque 100, repassa às Coordenadorias de todo o Brasil para que elas sejam encaminhadas às respectivas  
31 Promotorias. O objetivo é o reestabelecimento de um fluxo mais rápido de remessa das “denúncias” aos  
32 Promotores por meio de um sistema informatizado, bem como a eliminação das informações impressas”.  
33 Foram aprovadas as propostas. Apresentou proposta de autorização de realização de Oficina para a  
34 Região Sudeste de Direito Sanitário em Minas Gerais. Foi aprovada a proposta. Doutor Veiga ainda  
35 apresentou dois pedidos da COPEDH: 1) Fomento à Criação das Comissões da Verdade nos estados e  
36 2) Levantamento de membros e servidores do MP que tenham sofrido violações de direitos humanos  
37 durante a Ditadura Militar. Foram aprovadas as propostas. Doutor Veiga, ainda, solicitou que constasse  
38 em ata o registro de o dia 25 de maio de 2012 haver sido escolhido como a data de lançamento dos  
39 Comitês de Enfrentamento às Drogas. Após, Doutora Eliani Nobre noticiou que o lançamento do Comitê,  
40 no Ceará, foi feito em 24 de maio. Colocadas em votação as Atas nº 07 e 08/2012, alusivas à Reunião  
41 Ordinária em Vitória/ES, foram aprovadas à unanimidade. Doutor Manoel Onofre noticiou a realização de  
42 Reunião da ABMP, no Rio Grande do Norte, e, tendo em vista a produção de material oriundo das  
43 discussões relativas à infância e juventude pelos promotores e magistrados, solicitou que este fosse  
44 encaminhado aos Procuradores-Gerais, bem como aos membros da COPEIJ. Foi aprovada a proposta,



1 condicionada ao prévio envio do material ao CNPG. Por fim, o PGJ potiguar apresentou proposta de  
2 moção de agradecimentos à Doutora Helen Sanches, membro do MP/SC, pelo exercício da Presidência da  
3 ABMP no último biênio. Foi aprovada a proposta. Doutor Clenan noticiou o lançamento do Comitê de  
4 Enfrentamento às Drogas no estado de Tocantins, revelando haver sido exitosa a experiência. Em  
5 seguida, atendendo ao item da pauta (**Entrega do Colar do Mérito do CNPG a Excelentíssima**  
6 **Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, Doutora Maria de Fátima**  
7 **Rodrigues Travassos Cordeiro e ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do**  
8 **Estado do Tocantins, Doutor Clenan Renaut de Melo Pereira**), foram realizadas as homenagens, após o  
9 que Doutor Cláudio saudou a Procuradora-Geral do Maranhão, parabenizando-a por sua trajetória no  
10 exercício do cargo e pela sua passagem pelo Colegiado, e o Procurador-Geral anfitrião, por suas  
11 características pessoais e profissionais, que elevam o nome do Ministério Público nacional. Em seguida, os  
12 homenageados expressaram seus agradecimentos ao Colegiado. O tema (**Apresentação de**  
13 **recomendação na área educacional para o Ministério Público Nacional**) foi retirado de pauta, em virtude  
14 da ausência justificada do relator, Doutor Orlando Rochadel Moreira, PGJ/SE. Nada mais havendo a tratar,  
15 foi declarada encerrada a sessão, sendo por mim, Maria Helena Nunes Lyra, Secretária-Executiva, lavrada  
16 a presente ata.

17

18

19

Claudio Soares Lopes

20

Presidente do CNPG

21

22

23

24

Maria Helena Nunes Lyra

25

Secretária Executiva do CNPG